

VICTOR AGUIAR JARDIM DE AMORIM

Benjamin Zymler  
*Prefácio*

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS  
NA LEI Nº 14.133/2021  
UMA VISÃO PRAGMÁTICA



Esta obra oferece uma análise abrangente e estratégica do novo marco legal das contratações públicas no Brasil: a Lei nº 14.133/2021. Fruto de uma ampla reformulação normativa, a lei redefine os processos de compras e contratos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional em todo o país. O autor, que contribuiu ativamente para sua formulação no âmbito legislativo, alia rigor técnico e experiência prática para proporcionar um estudo aprofundado e aplicável ao cotidiano dos profissionais da área.

Com duas décadas de atuação no campo das compras públicas, Victor Amorim imprime à obra uma abordagem pragmática e realista, trazendo a perspectiva de quem vivencia, na prática, os desafios das contratações, tanto na esfera pública quanto no setor privado. O livro se diferencia ao promover um diálogo crítico e fundamentado com a jurisprudência do STF, STJ e TCU, sem se perder em abstrações teóricas ou discussões jurídicas estereis.

Com um texto claro, direto e analítico, esta obra se destina a profissionais, professores e estudantes de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu), oferecendo um instrumento essencial para enfrentar os desafios e as transformações da “nova” Lei de Licitações e Contratos Administrativos (LLCA).

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO.

**Áreas afins**

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS; GESTÃO PÚBLICA;  
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

**Palavras-chave**

Contratações públicas; licitação; contrato administrativo; direito administrativo; gestão pública.

**FORMATO:** 14,5 x 21,5 cm  
**CÓDIGO SANKHYA:** 4217

A524c

Amorim, Victor Aguiar Jardim de

Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021: uma visão pragmática / Victor Aguiar Jardim de Amorim. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

466p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0777-7

ISBN digital 978-85-450-0783-8

1. Contratações públicas. 2. Licitação. 3. Contrato administrativo. 4. Direito administrativo. 5. Gestão pública. I. Título.

CDD 342

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. *Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021: uma visão pragmática*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 466p. ISBN 978-85-450-0777-7.

## VICTOR AGUIAR JARDIM DE AMORIM

Doutor em Constituição, Direito e Estado (UnB) e Mestre em Direito Constitucional (IDP). Professor Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração Pública do IDP. Membro do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas. Coordenador do Observatório da Nova Lei de Licitações. Advogado, Parecerista e Consultor Jurídico (Serur Advogados).

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Benjamin Zymler.....	23
APRESENTAÇÃO	
Victor Amorim.....	29
CAPÍTULO 1	
O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO SOBRE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS? 31	
1	Competência normativa sobre licitações e contratos administrativos ..... 32
2	Compreensão doutrinária e jurisprudencial acerca das “normas gerais” ..... 34
2.1	As normas gerais editadas pela União sobre licitações e contratos..... 38
2.2	A nova Lei “Geral” de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021)..... 39
2.3	Tentativa de indicação não exaustiva de normas gerais e normas específicas na Lei nº 14.133/2021 ..... 43
3	Regulamentos e hierarquia normativa ..... 44
3.1	A autonomia federativa e dos Poderes no exercício do “poder regulamentar” ..... 49
3.2	A complexa estrutura regulamentar nas contratações públicas: hierarquia de regulamentos e a problemática das instruções normativas do SISG..... 51
CAPÍTULO 2	
O QUE É LICITAÇÃO?.....	55
1	Definição conceitual de “licitação” ..... 55
2	Licitação sob uma perspectiva econômica..... 57
3	A compreensão dos conceitos de “licitação” e “processo licitatório” em uma perspectiva constitucional ..... 59
CAPÍTULO 3	
QUAIS AS ESTRATÉGIAS NORMATIVAS DE REGULAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS? .....	65
1	Minimalismo e maximalismo normativo: modelos de marcos legais das compras públicas e o fetichismo legal ..... 66
2	Burocracia e disfunção burocrática: resgatando conceitos..... 71
3	Maximalismo da normatização primária como disfunção burocrática..... 73
4	Um caminho possível: a “boa burocracia” reside na atividade normativa secundária da Administração Pública..... 76
CAPÍTULO 4	
COMO CHEGAMOS ATÉ A LEI Nº 14.133/2021?.....	79
1	Histórico do processo legislativo que culminou na edição da Lei nº 14.133/2021 ..... 80
1.1	A origem no Senado Federal (2013-2016) ..... 80
1.2	A tramitação na Câmara dos Deputados (2017-2019) ..... 81
1.3	A volta do texto ao Senado Federal e a aprovação definitiva do projeto (2020-2021)..... 83
1.4	Sanção pela Presidência da República (2021)..... 86
1.5	A derrubada de vetos pelo Congresso Nacional (2021)..... 86
CAPÍTULO 5	
A TRANSPARÊNCIA NACIONAL EM UM SÓ PORTAL?.....	89
1	Uma pergunta elementar: o PNCP é constitucional?..... 90
2	Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas (CGRNCP) e a busca por uma condução “nacional” do PNCP ... 91
3	O impacto da efetiva disponibilização do Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) quanto à aplicação da Lei nº 14.133/2021 ..... 92

4	A evolução do PNCP .....	93
4.1	PNCP como repositório de dados e informações (§2º do art. 174 da LLCA) .....	93
4.2	PNCP como conjunto de funcionalidades (§3º do art. 174 da LLCA) .....	94
5	E como “publicar” matérias no PNCP?.....	97
6	O alerta do TCU e a necessária movimentação dos órgãos e entidades para integração ao PNCP: os Acórdãos nº 2.458/2021-P e nº 1.731/2022-P .....	98
7	As dificuldades práticas de utilização do PNCP: reconhecendo as dificuldades das estruturas administrativas de todo o Brasil...	103
8	Por que precisamos falar sobre o Comitê Gestor? .....	103

## CAPÍTULO 6

### COMO DEVO INTERPRETAR A LEI Nº 14.133/2021? .....

1	Princípios gerais da Administração Pública e seus corolários....	108
1.1	Legalidade .....	108
1.2	Impessoalidade e igualdade .....	109
1.3	Moralidade e probidade administrativa .....	110
1.4	Publicidade e transparência .....	110
1.5	Eficiência (economicidade, “vantajosidade” e formalismo moderado) .....	112
2	Princípios setoriais das contratações públicas .....	115
2.1	Competitividade .....	116
2.2	Vinculação ao edital (ato ou instrumento convocatório).....	117
2.3	Julgamento objetivo .....	117
2.4	Desenvolvimento nacional sustentável.....	117
2.5	Os postulados da proporcionalidade e da razoabilidade.....	118
2.6	O postulado da segurança jurídica .....	120
3	Uma necessária reflexão acerca da predominância da perspectiva da União na interpretação das normas e da prática administrativa das contratações públicas .....	121
3.1	O que sobra para Estados e Municípios em matéria de normatização de licitações e contratos administrativos? .....	121
3.2	A eficácia vinculante da “jurisprudência” dos órgãos de controle federais, sobretudo do TCU .....	125
3.3	Por um “giro hermenêutico” no direito administrativo dos Estados e Municípios .....	128

## CAPÍTULO 7

### QUEM ESTÁ OBRIGADO A LICITAR?.....

1	O regime licitatório-contratual da Administração Pública direta, autárquica e fundacional.....	133
1.1	Os Conselhos Profissionais .....	134
2	Regime licitatório-contratual das empresas estatais (Lei nº 13.303/2016).....	136
3	Regime contratual das entidades paraestatais e do “terceiro setor” .....	139
3.1	Entidades paraestatais: Sistema “S” .....	139
3.2	Terceiro setor .....	140

## CAPÍTULO 8

### QUEM ESTÁ POR TRÁS DOS PROCESSOS

### DE CONTRATAÇÃO? .....

1	Governança, gestão por competências e segregação de funções ...	145
2	Requisitos gerais de designação dos agentes públicos que desempenharão as funções essenciais à aplicação da Lei nº 14.133/2021 .....	148
3	O “Agente de Contratação” .....	150
3.1	Competências e atribuições do Agente de Contratação .....	152
3.2	Equipe de Apoio ao Agente de Contratação .....	155

3.3	O Pregoeiro.....	155
3.4	A Comissão de Contratação.....	157
3.5	A Comissão Especial na modalidade concurso .....	158
4	Os agentes públicos integrantes dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.....	158
4.1	Apoio conferido pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno .....	162
4.2	Suporte conferido por terceiros.....	162
5	Responsabilidade e responsabilização dos agentes de contratação .....	163
5.1	A qualificação do erro grosseiro.....	164
5.2	A responsabilização por opiniões técnicas .....	168

## CAPÍTULO 9

### COMO PLANEJAR UMA CONTRATAÇÃO? .....

1	Planejamento da contratação: visão sistêmica e governança .....	171
2	O Plano de contratações anual (PCA) na Lei nº 14.133/2021 .....	175
3	A estrutura lógica da fase preparatória das contratações e os artefatos de planejamento .....	176
3.1	Documento de Formalização de Demanda (DFD) .....	177
3.2	Estudo Técnico Preliminar (ETP).....	178
3.4	Documento essencial de planejamento: termo de referência e/ou projeto básico.....	180
3.5	Anteprojeto.....	183
3.6	Projeto executivo .....	183
3.7	Estimativa de custos: pesquisa de preços .....	185
3.7.1	Estimativa de custos para obras e serviços de engenharia.....	187
4	Formalidades para obras e serviços de engenharia.....	190
4.1	Regimes de execução para obras e serviços de engenharia .....	191
4.1.1	Distinção entre empreitada por preço global e empreitada por preço unitário.....	193
4.1.2	Distinção entre empreitada por preço global e empreitada integral .....	194
4.1.3	O regime de contratação integrada.....	195
4.1.4	O regime de contratação semi-integrada .....	196
4.1.5	Previsões específicas para os regimes de contratação integrada e semi-integrada .....	196
5	Formalidades para as compras.....	197
5.1	A questão do parcelamento das compras .....	198
5.2	A questão da indicação de marcas.....	202
6	Minuta do edital de licitação .....	203
7	A análise de legalidade da fase preparatória .....	203
7.1	Adoção de minutas-padrão de editais e a possibilidade de dispensa da análise jurídica .....	204
8	A autorização da deflagração do processo licitatório e da divulgação do edital.....	205

## CAPÍTULO 10

### COMO MODELAR UMA LICITAÇÃO E SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA? .....

1	Modalidades de licitação na Lei nº 14.133/2021: heranças da Lei nº 8.666/1993 e a consagração do modelo revolucionário da Lei nº 10.520/2002 .....	207
1.1	<b>Crítérios para definição das modalidades .....</b>	<b>210</b>
1.2	<b>Definições e enquadramento de obra, serviços e bens “comuns” e “especiais” .....</b>	<b>211</b>
1.2.1	<i>Concorrência para “serviços comuns de engenharia” .....</i>	<i>215</i>
1.2.2	<i>“Obra comum” .....</i>	<i>217</i>
1.3	<b>Proposição de um roteiro para definição da modalidade licitatória .....</b>	<b>218</b>
2	<b>Crítérios de julgamento das propostas.....</b>	<b>219</b>
3	<b>Modos de disputa.....</b>	<b>223</b>

3.1	A “escolha” do modo de disputa.....	227
3.2	Perspectiva econômica: maximização das ofertas e razoável duração do processo licitatório .....	228
3.2.1	Design do mecanismo de disputa: assimetria de informação, alocação de incentivos e maximização de recompensas.....	228
3.2.2	Análise comparativa dos modos de disputa a partir dos pressupostos da “teoria dos leilões” nas licitações com critério de julgamento “menor preço” e “maior desconto” de acordo com a regulamentação do Poder Executivo Federal (Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022).....	233

## CAPÍTULO 11

### COMO SE FAZ UMA “LICITAÇÃO”?.....

1	Uma etapa comum a todas as modalidades: a divulgação do edital .....	244
1.1	O edital.....	244
1.2	Publicidade do edital .....	246
1.2.1	Disponibilidade do edital e seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas.....	246
1.2.2	Publicação do “extrato do edital” em Diário Oficial e em “jornal diário de grande circulação” .....	246
1.2.2.1	Diário Oficial.....	247
1.2.2.2	Jornal diário de grande circulação .....	247
1.2.3	A publicidade adicional dos editais .....	249
1.2.4	Regras transitórias excepcionais .....	249
1.2.5	Prazo mínimo de divulgação do edital .....	250
1.2.6	Alteração do edital: necessidade de reabertura do prazo de divulgação .....	252
1.2.7	Impugnação.....	253
1.2.7.1	Legitimidade e formalidade para impugnar .....	254
1.2.7.2	Contagem do prazo para impugnação.....	254
1.2.7.3	Competência para o julgamento da impugnação.....	255
1.2.7.4	Prazo para a resposta à impugnação: efeito suspensivo da impugnação? .....	255
1.2.7.5	Impugnação intempestiva: preclusão da alegação de nulidade do edital? .....	255
1.2.8	Pedido de esclarecimento.....	256
2	Os procedimentos específicos de acordo com as modalidades licitatórias .....	257
2.1	<b>Procedimento do leilão.....</b>	<b>257</b>
2.2	<b>Procedimento do concurso.....</b>	<b>258</b>
2.3	<b>Procedimento do diálogo competitivo .....</b>	<b>259</b>
2.4	<b>Procedimento da concorrência e do pregão .....</b>	<b>263</b>
2.4.1	<i>A possibilidade de “inversão de fases” .....</i>	<i>265</i>
2.4.2	<i>A possibilidade de exigência de garantia para participar do certame.....</i>	<i>266</i>
2.4.3	<i>Etapas da fase externa nas modalidades concorrência e pregão .....</i>	<i>266</i>
2.4.3.1	<i>Etapas de apresentação das propostas.....</i>	<i>266</i>
2.4.3.2	<i>Etapas de lances .....</i>	<i>267</i>
2.4.3.3	<i>Etapas de julgamento da proposta .....</i>	<i>268</i>
2.4.3.3.1	<i>Critérios de desempate e preferências legais.....</i>	<i>269</i>
2.4.3.3.1.1	<i>Critérios de desempate diante de “empate real” .....</i>	<i>270</i>
2.4.3.3.1.2	<i>Observância de preferência diante da manutenção do empate..</i>	<i>272</i>
2.4.3.3.1.3	<i>A viabilidade da realização de sorteio público para o desempate entre as propostas .....</i>	<i>272</i>
2.4.3.3.1.4	<i>A inaplicabilidade do direito de preferência previsto na Lei nº 8.248/1991 e no Decreto Federal nº 7.174/2010 para as licitações de bens e serviços TIC baseadas na Lei nº 14.133/2021 ..</i>	<i>273</i>
2.4.3.3.2	<i>Elementos específicos da fase de julgamento das propostas .....</i>	<i>276</i>

2.4.3.3.3	A problemática do enquadramento sindical e seus impactos na licitação para a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra .....	279
2.4.3.3.3.1	O enquadramento sindical à luz da CRFB.....	279
2.4.3.3.3.2	Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e a observância das normas coletivas de trabalho: até onde poderá ir o edital? .....	284
2.4.3.3.3.3	Enquadramento sindical “plúrimo” e empresas de terceirização .....	286
2.4.3.3.3.4	Indicação de CTT e “categorias profissionais diferenciadas” .....	292
2.4.3.4	Etapa de habilitação .....	293
2.4.3.4.1	Habilitação jurídica .....	294
2.4.3.4.2	Habilitação técnica .....	294
2.4.3.4.2.1	Atestado de capacidade técnica.....	295
2.4.3.4.3	Habilitação econômico-financeira.....	298
2.4.3.4.4	Regularidade fiscal, social e trabalhista .....	303
2.4.3.4.5	A exigência de vistoria prévia .....	306
2.4.3.4.6	A declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.....	307
2.4.3.4.7	Exigências de documentos habilitatórios: limites legais e razoabilidade.....	308
2.4.3.4.8	Momento de apresentação da documentação de habilitação .....	310
2.4.3.4.8.1	Momento de apresentação dos documentos de habilitação no caso de inversão de fases .....	310
2.4.3.4.8.2	Formalidades dos documentos de habilitação.....	310
2.4.3.4.9	Realização de diligências para complementação e esclarecimentos acerca do conteúdo da documentação de habilitação .....	312
2.4.3.4.10	Realização de diligências para saneamento de falhas das propostas e da documentação de habilitação.....	315
3	Etapa recursal.....	316
3.1	Juízo de admissibilidade em relação à manifestação da intenção de recurso? .....	318
3.2	Não apresentação das razões recursais no prazo legal.....	319
3.3	Efeito suspensivo.....	319
3.4	Formalidades e procedimento do julgamento .....	320
3.5	Efeitos da reconsideração por parte da autoridade recorrida .....	320
4	Encerramento da licitação .....	321
4.1	Determinação de saneamento dos vícios .....	321
4.2	Homologação da licitação .....	322
4.3	Revogação e anulação da licitação.....	323

## CAPÍTULO 12

### COMO OTIMIZAR OS PROCEDIMENTOS

DE CONTRATAÇÃO? .....	325	
1	Registro cadastral .....	326
1.1	O “chamamento público” anual.....	327
1.2	O requerimento de cadastro .....	327
1.3	Registros de “reputação” do fornecedor.....	328
1.4	Possibilidade de realização de licitação restrita a fornecedores cadastrados.....	329
2	Audiência e consulta pública .....	329
2.1	Formalidades.....	330
3	Procedimento de manifestação de interesse.....	330
3.1	PMI restrito a <i>startups</i> .....	332
4	Pré-qualificação .....	333
4.1	O procedimento de pré-qualificação .....	334
5	Credenciamento.....	335
6	Sistema de Registro de Preços .....	335
6.1	Objeto do registro de preços.....	337
6.2	Procedimento de realização .....	338
6.2.1	SRP a partir de licitação.....	338
6.2.2	SRP a partir de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação .....	339

6.2.3	Intenção de registro de preços.....	340
6.2.3.1	O órgão participante .....	341
6.2.4	Realização de registro de preços com agrupamento de itens.....	342
6.3	Cadastro de reserva.....	343
6.4	Prazo de duração da ARP e a possibilidade de prorrogação de vigência.....	344
6.4.1	Prorrogação de vigência da ARP e renovação dos quantitativos .....	345
6.5	A homologação da Ata de Registro de Preços.....	346
6.6	A formalização da contratação dos fornecedores registrados e o acionamento da ARP.....	346
6.7	Possibilidade de alteração das condições registradas na ARP ...	347
6.8	Adesão “tardia”: a figura do “carona” .....	347
6.8.1	Vedação de adesão verticalizada.....	348
6.8.2	Adesão de ARP decorrente de procedimento de contratação direta .....	349

## CAPÍTULO 13

	É POSSÍVEL CONTRATAR SEM PRÉVIA LICITAÇÃO?.....	351
1	Fundamentos para o afastamento do dever de licitar.....	351
2	Inexigibilidade de licitação .....	352
2.1	Fornecedor exclusivo .....	353
2.2	Contratação de serviços artísticos.....	354
2.3	Contratação de serviços técnicos especializados .....	355
2.4	Contratação por meio de credenciamento .....	358
2.5	Aquisição ou locação de imóvel singular .....	359
3	Licitação dispensável .....	360
3.1	Dispensa em razão do valor do objeto da contratação .....	361
3.1.1	Vedação ao fracionamento de despesa.....	361
3.1.2	Procedimento preferencial para a dispensa de licitação pelo valor (§3º do art. 75 da LLCA).....	363
3.2	Dispensa em razão de licitação deserta ou fracassada.....	364
3.3	Dispensa em razão do tipo, origem e/ou destinação de objeto ...	365
3.4	Hipóteses circunstanciais de dispensa de licitação .....	367
3.5	Hipóteses de dispensa de licitação conforme a natureza jurídica e as características do contratado .....	368
4	Licitação dispensada.....	369
4.1	Alienação de bens imóveis.....	369
4.2	Alienação de bens móveis .....	371
4.3	Concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel .....	371
5	Formalidades para a realização de contratação direta.....	372
5.1	Quando for inviável a pesquisa de preços (tradicional): a lógica de justificativa de razoabilidade dos preços praticados	374

## CAPÍTULO 14

	E QUANDO A ADMINISTRAÇÃO CONTRATA?.....	375
1	Regime jurídico-contratual da Administração Pública.....	377
1.1	Aplicação da cláusula “ <i>exceptio non adimpleti contractus</i> ” (exceção do contrato não cumprido) .....	379
2	Elementos básicos do contrato administrativo (cláusulas necessárias).....	381
3	Convocação do particular para assinatura do contrato.....	382
3.1	Providências pré-contratuais .....	383
3.1.1	A questão do CADIN como condição de celebração de contratos .....	384
3.2	Convocação dos licitantes remanescentes .....	385
4	Formalismo dos contratos administrativos .....	386
4.1	Exceção ao contrato escrito .....	387
4.2	Publicidade e início de vigência dos contratos .....	388
4.2.1	Regras específicas de publicidade dos contratos.....	389
5	Garantias contratuais .....	390
5.1	Garantia especial para obras e serviços de engenharia ( <i>performance bond</i> ) .....	391
6	Vigência (duração) dos contratos administrativos.....	392
6.1	O início do prazo de vigência .....	394
6.2	Extensão e prorrogação da vigência dos contratos administrativos .....	394
7	Alterações do contrato administrativo.....	395

7.1	Cálculo dos limites percentuais nas alterações quantitativas .....	397
7.1.1	Limite percentual em caso de supressão.....	399
7.1.2	Alteração qualitativa com inserção de novos bens e serviços ....	400
7.1.3	Limites percentuais em contratos com pluralidade de itens .....	400
7.1.4	Alteração quantitativa em contração para prestação de serviços continuados .....	401
7.2	Há limite para as alterações qualitativas consensuais?.....	401
7.3	(Im)possibilidade de alteração do objeto contratado .....	402
7.4	Indenização ao contratado em caso de supressão .....	405
7.5	Elementos da alteração para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	405
7.6	Aumento ou redução superveniente de tributos e encargos legais .....	407
7.7	Formalização das alterações contratuais.....	407
7.8	Outros institutos de alteração contratual.....	407
7.8.1	Atualização monetária .....	408
7.8.2	Reajuste em sentido estrito .....	408
7.8.3	Repactuação .....	409
7.8.1	Contagem do interregno mínimo de 12 meses em caso de repactuação .....	410
7.8.2	O direito à repactuação está sujeito à preclusão? .....	411
8	Fiscalização e gestão do contrato administrativo .....	412
8.1	Segregação de funções.....	413
8.2	Fiscalização e responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.....	414
9	Subcontratação.....	415
9.1	A impossibilidade de subcontratação total .....	416
10	Recebimento do objeto contratual.....	416
10.1	Dever de pagamento pela Administração .....	417
10.1.1	Observância da ordem cronológica de pagamento.....	417
10.1.2	A vedação ao pagamento antecipado.....	418
10.2	Dever de rejeição por parte da administração .....	419
10.2.1	Rejeição parcial e pagamento: a glosa .....	419
10.3	Responsabilidade do contratado.....	420
11	Extinção dos contratos administrativos .....	420
11.1	Requisitos para a extinção antecipada .....	421
11.1.1	Procedimentalização da extinção unilateral por “culpa do contratado” .....	422
11.1.2	Consequências da extinção antecipada unilateral.....	423
11.2	Requisitos para a anulação do contrato administrativo .....	424
11.2.1	Indenização devida ao particular em caso de anulação do contrato administrativo .....	426
12	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	426

## CAPÍTULO 15

VIGIAR E PUNIR: QUANDO E COMO DEVO PENALIZAR?.....	429	
1	Tipos infracionais .....	429
2	Sanções cabíveis.....	430
2.1	Procedimentos para aplicação das sanções .....	432
2.2	Prazo de defesa .....	434
2.3	Formalidades específicas para a apuração das infrações passíveis da sanção de “impedimento” e de “declaração de inidoneidade” .....	434
2.4	Possibilidade de recurso contra a aplicação da penalidade.....	435
2.5	Aplicação definitiva da sanção e atualização dos cadastros unificados .....	436
3	Obrigatoriedade de instauração de processo administrativo sancionatório.....	436
4	Prescrição.....	439
5	Reabilitação .....	440
6	Extensão dos efeitos da sanção: a desconsideração da personalidade jurídica.....	440
6.1	A desconsideração da personalidade jurídica a partir do conjunto de indícios e presunções .....	442
7	Consensualidade e atividade sancionatória da Administração..	445
7.1	Problematização necessária: enfoque formalista e conceitual da atividade sancionatória estatal .....	446
7.2	Introdução de instrumentos de consensualidade no ordenamento jurídico brasileiro e a persecução punitiva negociada.....	448

7.3	A ressignificação da atividade sancionatória nas contratações públicas .....	451
7.4	Extensão de aplicabilidade do art. 17 da Lei Anticorrupção para as contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133/2021 ...	454
7.5	O art. 26 da LINDB como cláusula geral permissiva de celebração de compromissos contratuais para afastamento condicional da aplicação de sanção .....	456
	REFERÊNCIAS .....	459